



Anais da Assembléia

Nº 172

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**
PDT Deputado **PAULO MAIA**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mastrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Melo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 1992**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Ovídio Constantino, Rafael Greca de Macedo e Renato Adur (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 132/92

Curitiba, 30 de novembro de 1992.
Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem nº 55/91, de 6 de agosto de 1991, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar providências no sentido de que no texto do Projeto de Lei nº 327/91, por ela encaminhado e ora em tramitação nessa augusta Casa sejam apostas as seguintes

modificações:

I - inclusão, no art. 3º, do inciso XXIII, com a redação abaixo, remunerando-se o inciso de igual número lá contido para XXIV;

"XXIII - o planejamento, a programação, a coordenação, a direção, o controle e a execução de estudos de viabilidade técnico-econômica para fixação e atualização de tarifas e outras atividades pertinentes ao gerenciamento do sistema de transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de Curitiba".

II - Inclusão, no art. 4º, de inciso V, com a seguinte redação:

"V - Diretor de Transporte Metropolitano"; e

III - inclusão, no art. 10, de inciso IV, com a seguinte redação:

"IV - um cargo de Diretor de Transporte Metropolitano, símbolo DAS-3".

O aditamento ora solicitado decorre da necessidade de que a autarquia Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC, de que trata o mencionado Projeto de Lei nº 327/91, tenha sua estrutura readequada em razão do disposto no Decreto nº 1660, de 21 de outubro de 1992, através do qual foram atribuídas à atual COMEC competências pertinentes ao gerenciamento do Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, com o que, seguramente, haverá sensível melhoria na prestação de tais serviços ao grande número de usuários que deles se utilizam.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 133/92

Curitiba, 30 de novembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 41.035.000,00 (quarenta e um milhões e trinta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SUCEAM, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com pagamento do PASEP.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção

dessa egrêgia Assemblêia Legislativa, reitere a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 41.035.000,00 (quarenta e um milhões, trinta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de

cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta Lei, fica alterado o orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita por Fontes da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM especificados nos Anexos V e VI.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| SUPLEMENTACAO | | ANEXO I | | FL. 01 | | |
|---------------|-------------------------------|-----------|-------------|---------------|--------|--------|
| ANEXO | | | | CR\$ 1.000,00 | | |
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA | IL | VALOR | IN. DO | IPROCI |
| 1 | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 |
| 1 | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 |
| 4100 | SECRETARIA DE ESTADO DO | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | DESENVOLVIMENTO URBANO E DO | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | MEIO-AMBIENTE | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 4102 | GABINETE DO SECRETARIO - | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | ENTIDADES VINCULADAS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 2659 | PROGRAMACAO A CARGO DA SUCEAM | 1 | 3211.031001 | 41.035 | 107781 | |
| TOTAL | | | | 41.035 | 1 | |

| CANCELAMENTO | | ANEXO I | | FL. 01 | | |
|--------------|-------------------------------|-----------|-------------|---------------|--------|--------|
| ANEXO | | | | CR\$ 1.000,00 | | |
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA | IL | VALOR | IN. DO | IPROCI |
| 1 | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 |
| 1 | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 |
| 4100 | SECRETARIA DE ESTADO DO | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | DESENVOLVIMENTO URBANO E DO | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | MEIO-AMBIENTE | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 4102 | GABINETE DO SECRETARIO - | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | ENTIDADES VINCULADAS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 2659 | PROGRAMACAO A CARGO DA SUCEAM | 1 | 4311.021001 | 41.035 | 107781 | |
| TOTAL | | | | 41.035 | 1 | |

| SUPLEMENTACAO | | ANEXO I I I | | FL. 02 | | CRS 1.000,00 | |
|---------------|--|---------------------|---------|--------|--------|--------------|--------|
| ANEXO | | | | | | | |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | NATUREZA DA DESPESA | INIZIAL | FT | VALOR | IN. DO | IPROCI |
| 4200 | SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 4284 | SUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA EROSAO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUCEAM | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 2527 | ADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DA SUCEAM | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | | 3280.00 | 1001 | 1 | 41.035 | 107781 | |
| | | TOTAL | | 1 | 41.035 | 1 | |

| CANCELAMENTO | | ANEXO I V | | FL. 02 | | CRS 1.000,00 | |
|--------------|--|---------------------|---------|--------|--------|--------------|--------|
| ANEXO | | | | | | | |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | NATUREZA DA DESPESA | INIZIAL | FT | VALOR | IN. DO | IPROCI |
| 4200 | SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 4284 | SUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA EROSAO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUCEAM | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 2527 | ADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DA SUCEAM | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | | 4261.00 | 1001 | 1 | 15.200 | 107781 | |
| | | 4292.00 | 1001 | 1 | 15.200 | 107781 | |
| | | 4210.00 | 1001 | 1 | 1.170 | 107781 | |
| | | 4261.00 | 1001 | 1 | 8.510 | 107781 | |
| | | 4292.00 | 1001 | 1 | 950 | 107781 | |
| | | TOTAL | | 1 | 41.035 | 1 | |

| ACRESCIMO DA RECEITA | | ANEXO V ANEXO AO DECRETO No. | | FL. 01 | | CRS 1.000,00 | |
|----------------------|---|------------------------------|--|--------|--------|--------------|--|
| CODIGO | ESPECIFICACAO | FT | | VALOR | | | |
| 1712.01.01 | DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES SUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA EROSAO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUCEAM Recursos da Arrecadacao do Tesouro | 00 | | 41.035 | | | |
| | | TOTAL | | 1 | 41.035 | | |

| REDUÇAO DA RECEITA | | ANEXO VI | FL. 01 | |
|--------------------|--|----------|---------------|--|
| ANEXO | | | Cr\$ 1.000,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | FT | VALOR | |
| | DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES | | | |
| | SUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA EROSAO E | | | |
| | SANEAMENTO AMBIENTAL - SUCEAM | | | |
| 2412.01.01 | Recursos da Arrecadacao do Tesouro | 00 | 41.035. | |
| T O T A L | | | 41.035 | |

MENSAGEM Nº 134/92

ANTEPROJETO DE LEI

Curitiba, 30 de novembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assemblêia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.000.000.000,00 (doze bilhões de cruzeiros), à vigente programação orçamentária global do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com aquisição de insumos básicos para produção e serviços essenciais.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia Legislativa, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.000.000.000,00 (doze bilhões de cruzeiros), à vigente programação orçamentária global do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação da própria entidade.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o demonstrativo da receita por fontes da referida entidade, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| SUPLEMENTACAO | | ANEXO | FL. 01 | |
|---------------|-----------------------------------|---------------------|--------------|-----------|
| ANEXO | | | CRS 1.000,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | NATUREZA DA DESPESA | VALOR | INDICADOR |
| 1200 | SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA | 111 | | 111 |
| 1253 | INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA | 111 | | 111 |
| 2888 | GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA | 111 | | 111 |
| 2889 | PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E | 111 | | 111 |
| 2890 | PESQUISAS TECNOLOGICAS, SERVICOS | 111 | | 111 |
| 3120.00140 | INDUSTRIAS | 111 | 500.000 | 147801 |
| 3132.00140 | PRODUTOS QUIMICOS, BIOLOGICOS E | 111 | 2.500.000 | 147801 |
| 3120.00140 | INDUSTRIAS | 111 | 5.000.000 | 147801 |
| 3132.00140 | PRODUTOS QUIMICOS, BIOLOGICOS E | 111 | 3.500.000 | 147801 |
| 3120.00140 | INDUSTRIAS | 111 | 500.000 | 147801 |
| T O T A L | | | 12.000.000 | |

| ACRESCIMO DA RECEITA | | ANEXO II | FL. 01 Cr\$ 1.000,00 | |
|-------------------------|---|----------|-------------------------|--|
| CODIGO | ESPECIFICACAO | FT | VALOR | |
| | INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA - ITECPAR | | | |
| 1540.00.00 | Receita de Servicos Industriais de Utili- dade Publica | 40 | 1.094.000 | |
| 1990.00.00 | Receitas Diversas | 40 | 10.906.000 | |
| TOTAL | | | 12.000.000 | |

MENSAGEM Nº 135/92

ANTEPROJETO DE LEI

Curitiba, 30 de novembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assemblêia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 35.000.000.000,00 (trinta e cinco bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com construção, ampliação, melhorias, reparos, adaptações e equipamentos de salas de aula.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia Legislativa, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 35.000.000.000,00 (trinta e cinco bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o demonstrativo da Receita por fontes da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| SUPLEMENTACAO | | ANEXO I | FL. 01 CRS 1.000,00 | |
|---------------|------------------------------------|----------------------|------------------------|---------------------------|
| CODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA DA DESPESA | VALOR | IN. DOI IPROCI ICDP |
| 3400 | SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO | I I I I | | I I |
| | I- ENTIDADES VINCULADAS | I I I I | | I I |
| 3470 | FUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DOI | I I I I | | I I |
| | IPARANA - FUNDEPAR | I I I I | | I I |
| 2632 | EXPANSAO, MELHORIA E MANUTENCAO | I I I I | | I I |
| | IDA REDE FISICA ESCOLAR | I 4130.00I40ILI | 35.000.000 | I4662I |
| TOTAL | | I | 35.000.000 | I |

| ACRESCIMO DA RECEITA | | ANEXO II | | FL. 01 | |
|-------------------------|---|----------|------------|---------------|--|
| | | ANEXO | | Cr\$ 1.000,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | FT | VALOR | | |
| | IFUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANA IFUNDEPAR DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES | | | | |
| 1321.00.00 | Juros de Titulos de Renda | 40 | 35.000.000 | | |
| TOTAL | | | | 35.000.000 | |

MENSAGEM Nº 136/92

Curitiba, 30 de novembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assemblêia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.466.180.000,00 (onze bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com a manutenção de postos de saúde, hemocentros, laboratórios, hospitais próprios do Estado, bem como despesas administrativas da entidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.466.180.000,00 (onze bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação de recursos da própria entidade.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica alterado o Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

tabela pág. 25

| SUPLEMENTACAO | | ANEXO I | | FL. 01 | |
|---------------|--|----------------------|-----------|---------------|-----------------------|
| | | | | CR\$ 1.000,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA DA DESPESA | IL IFTIRI | VALOR | IN.DOI I PROCI ICOP I |
| 3600 | SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - ENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | I I |
| 3674 | IFUNDACAO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA - FCMR | I | I I I | | I I |
| 2790 | ADMINISTRACAO E OPERACAO DE SERVICOS DO SUS - FCMR | I | I I I | | I I |
| | | 4130.00 | 40 I I | 11.466.180 | 148651 |
| TOTAL | | | | 11.466.180 | |

| ACRESCIMO DA RECEITA | | ANEXO II ANEXO | FL. 01 Cr\$ 1.000,00 |
|-------------------------|---|-------------------|-------------------------|
| CODIGO | ESPECIFICACAO | FT | VALOR |
| | FUNDACAO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA - FCMR | | |
| 1390.00.00 | Outras Receitas Patrimoniais | 40 | 11.076.000 |
| 1990.99.00 | Outras Receitas | 40 | 390.180 |
| TOTAL | | | 11.466.180 |

MENSAGEM Nº 137/92

ANTEPROJETO DE LEI

Curitiba, 30 de novembro de 1.992
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assemblêia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.390.128.000,00 (três bilhões, trezentos e noventa milhões, cento e vinte e oito mil cruzeiros), à vigente programação orçamentária global da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ, aprovada pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender as despesas administrativas e operacionais da Entidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Certo de poder contar com a atenção
dessa **egregia** Assemblêia, **reitero a Vossa**
Excelência as expressões do meu mais alto
apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.390.128.000,00 (três bilhões, trezentos e noventa milhões, cento e vinte e oito mil cruzeiros), à vigente programação orçamentária global da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ, aprovada pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita por Fontes da Entidade, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. _____

| I SUPLEMENTACAO | | A N E X O I | | FL. 01 | |
|-----------------|--------------------------------------|-----------------|---------------|--------------|--------|
| I ANEXO | | | | CRS 1.000,00 | |
| -----* | | | | | |
| I I | | INATUREZA I I I | | IN DO I | |
| ICODIGO I | ESPECIFICACAO | I DA | IFTIDI | VALOR | IPROCI |
| I I | | IDESPESA I | IRI | | ICOD I |
| -----* | | | | | |
| I 4000 | ISECRETARIA DE ESTADO DA | I | I I I | | I I |
| I | IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - | I | I I I | | I I |
| I | IENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | I I |
| I | I | I | I I I | | I I |
| I 4073 | IEMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA I | I | I I I | | I I |
| I | ITECNICA E EXTENSAO RURAL - | I | I I I | | I I |
| I | IEMATER/PARANA | I | I I I | | I I |
| I 2886 | IASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO | I | I I I | | I I |
| I | IRURAL - EMATER/PR | I | 3120.00I90ILI | 1.425.000 | 149241 |
| I | I | I | 3132.00I90ILI | 1.615.128 | 149241 |
| I | I | I | 3255.00I90ILI | 300.000 | 149241 |
| I | I | I | 3280.00I90ILI | 50.000 | 149241 |
| -----* | | | | | |
| TOTAL I | | | | 3.390.128 | 1 |

| ACRESCIMO DA RECEITA | | ANEXO | ANEXO II | FL. 01 | Cr\$ 1.000,00 |
|-------------------------|---|-------|-----------|--------|---------------|
| CODIGO | ESPECIFICACAO | FT | VALOR | | |
| | EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PARANA | | | | |
| 1990.99.00 | Outras Receitas | 90 | 3.390.128 | | |
| T O T A L | | | 3.390.128 | | |

MENSAGEM Nº 138/92

Curitiba, 30 de novembro de 1.992

ANTEPROJETO DE LEI

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões, de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender as despesas referentes à COPEL e SANEPAR.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado de Saúde.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões, de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica alterado o orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| SUPLEMENTACAO | | ANEXO | ANEXO I | FL. 01 | GRS 1.000,00 |
|---------------|------------------------------------|-----------|---------------|-----------|--------------|
| CODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA | IL | VALOR | IN. DOI |
| I | I | I DA | IFTIDI | | IPROCI |
| I | I | IDESPESA | I IRI | | ICOF I |
| 1700 | ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - | I | I I I | | I I |
| I | IRECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL | I | I I I | | I I |
| I | I | I | I I I | | I I |
| 1701 | IPROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS | I | I I I | | I I |
| I | IE MULTISETORIAIS | I | I I I | | I I |
| 2688 | IAPOIO A NECESSIDADES PRIORITARIAS | I | I I I | | I I |
| I | IE A PROGRAMAS EVENTUAIS E/OU | I | I I I | | I I |
| I | IEMERGENCIAIS | I | 3132.01100ILI | 5.000.000 | 10928I |
| T O T A L | | | I | 5.000.000 | I |

| | | | | | | | |
|----------------|--|--------------------|--|--------------|--|----------|--|
| I CANCELAMENTO | | A N E X O I I | | FL. 01 | | I | |
| I ANEXO | | | | CRS 1.000,00 | | I | |
| ----- | | ----- | | ----- | | ----- | |
| *-----* | | *-----* | | *-----* | | *-----* | |
| *-----* | | *-----* | | *-----* | | *-----* | |
| I I | | INATUREZA I ILI | | VALOR | | IN. DOI | |
| I I | | I DA IFTIDI | | | | IPROCI | |
| I I | | I DESPESA I IRI | | | | ICOF I | |
| *-----* | | *-----* | | *-----* | | *-----* | |
| I 3500 I | | I I I I | | | | I I | |
| I I | | I I I I | | | | I I | |
| I 3502 I | | I I I I | | | | I I | |
| I I | | I I I I | | | | I I | |
| I I | | I I I I | | | | I I | |
| I 2766 I | | I 4311.02 I 00 I I | | 5.000.000 | | I 0928 I | |
| *-----* | | *-----* | | *-----* | | *-----* | |
| | | T O T A L I | | 5.000.000 | | I | |

Curitiba, 30 de novembro de 1.992
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assemblêia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.632.000,00 (cinquenta e um milhões, seiscentos e trinta e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender as despesas de custeio. Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da referida entidade, no exercício de 1991.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.632.000,00 (cinquenta e um milhões, seiscentos e trinta e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da referida entidade, no exercício de 1991.

Art. 3º - Em decorrência do contido no art.1º desta lei, fica alterado o demonstrativo da receita por fontes da referida entidade, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| SUPLEMENTACAO | | A N E X O I | | FL. 01 | | I | |
|---------------|--|-------------|--|--------------|--|---|--|
| ANEXO | | | | CRS 1.000,00 | | I | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

MENSAGEM Nº 140/92

Curitiba, 30 de dezembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de, em aditamento à Mensagem 151/91, de 16 de dezembro de 1991, solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido de que o texto do Projeto de Lei nº 605/91, por ela proposta seja substituído pelo ora encaminhado.

O referido Plano de Lei objetiva estabelecer "limites autorizativos para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos internos pelo Tesouro do Estado e para concessão de garantias e prestações de aval ou fiança a operações contratadas pela Administração Indireta Estadual". Devo esclarecer que a solicitada substituição do texto do Projeto de Lei em referência decorre de expediente a mim encaminhado pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda apresentando, para demonstração da necessidade de tal medida, justificativa do seguinte teor:

"Em 10 de setembro de 1992, o Governo brasileiro e os bancos privados internacionais, firmaram o "Bond Exchange Agreement", que trata da dívida externa", vencida a partir de 1989 e vincenda por bônus de emissão da República Federativa do Brasil.

O referido acordo ampara-se na Resolução nº 20, de 20 de junho de 1991, do Senado Federal, que assinala o esforço do Governo para regularização dos juros atrasados, constituindo-se consciente e consequente gesto no sentido de normalizar suas relações financeiras externas internacionais, dando condições para que nos próximos anos, novos acordos da dívida de médio e longo prazos sejam assinados com os bancos credores internacionais".

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plano plurianual do período de 1992 e 1995.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo auto-

rizado a contratar financeiramente, bem como prestar garantia junto à União, destinados à liquidação de compromissos originados de empréstimos obtidos junto a credores estrangeiros, de responsabilidade da Administração Direta Estadual e/ou Órgãos da Administração Indireta.

Parágrafo Único - Nos financiamentos de que trata o "caput" deste artigo, limitados aos valores da dívida externa vencida e vincenda, serão observadas as mesmas condições obtidas nos acordos de renegociação firmados pela União com os credores estrangeiros.

Art. 3º - Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas nos artigos anteriores, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 157 e 159 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 141/92

Curitiba, 30 de novembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações da Secretaria de Estado da Fazenda, Coordenação da Receita do Estado - CRE e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações da Secretaria de Estado da Fazenda, Coordenação da Receita do Estado - CRE e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no

artigo 2º desta lei, ficam alterados os orçamentos próprios da Coordenação da Receita do Estado - CRE e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| SUPLEMENTACAO | | A N E X O I | | FL. 01 | | I | |
|---------------|-----------------------------------|-------------|--------------------|--------------|----------|--------|--------|
| ANEXO | | | | CRS 1.000,00 | | I | |
| ICODIGO I | ESPECIFICACAO | INATUREZA I | IL I | VALOR | IN.DOI | IPROCI | ICOP I |
| I | I | DA IFTIDI | IRI | | | | |
| 2500 | ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - | I | I I I | | I | I | |
| | IRECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA | I | I I I | | I | I | |
| | I | I | I I I | | I | I | |
| 2501 | ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | I | I I I | | I | I | |
| 2695 | PROGRAMA DE FORMACAO DO | I | I I I | | I | I | |
| | IPATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - | I | I I I | | I | I | |
| | IPASEP | I | 3280.00 I 00 I I I | 11.000.000 | I 0830 I | | |
| T O T A L I | | | | 11.000.000 | I | | |

| CANCELAMENTO | | A N E X O I I | | FL. 01 | | I | |
|--------------|----------------------------------|---------------|--------------------|--------------|----------|--------|--------|
| ANEXO | | | | CRS 1.000,00 | | I | |
| ICODIGO I | ESPECIFICACAO | INATUREZA I | IL I | VALOR | IN.DOI | IPROCI | ICOP I |
| I | I | DA IFTIDI | IRI | | | | |
| 2300 | SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA | I | I I I | | I | I | |
| | I | I | I I I | | I | I | |
| 2302 | GABINETE DO SECRETARIO - | I | I I I | | I | I | |
| | IDENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | I | I | |
| 2697 | PROGRAMACAO A CARGO DA CRE | I | 4311.02 I 00 I I I | 9.940.665 | I 0830 I | | |
| 2303 | DIRETORIA GERAL | I | I I I | | I | I | |
| 2699 | GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA | I | I I I | | I | I | |
| | ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA | I | I I I | | I | I | |
| | ISEFA | I | 3131.00 I 00 I I I | 21.043 | I 0830 I | | |
| | I | I | 3259.00 I 00 I I I | 280.000 | I 0830 I | | |
| | I | I | 4130.00 I 00 I I I | 49.875 | I 0830 I | | |
| | I | I | 4261.00 I 00 I I I | 8.512 | I 0830 I | | |
| | I | I | I I I | | I | I | |
| 4300 | SECRETARIA DE ESTADO DOS | I | I I I | | I | I | |
| | TRANSPORTES | I | I I I | | I | I | |
| | I | I | I I I | | I | I | |
| 4302 | GABINETE DO SECRETARIO - | I | I I I | | I | I | |
| | IDENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | I | I | |
| 2718 | PROGRAMACAO A CARGO DO DER | I | 4311.02 I 00 I I I | 699.905 | I 0830 I | | |
| T O T A L I | | | | 11.000.000 | I | | |

| CANCELAMENTO | | A N E X O I I I | | | FL. 02 | | I | |
|--------------|---|-----------------------------------|---|---------------|--------------|------------|---------|---|
| ANEXO | | | | | CRS 1.000,00 | | I | |
| CODIGO | | ESPECIFICACAO | | | VALOR | | IN. DOI | |
| | | INATUREZA I DA DESPESA I | | | | | I PROCI | |
| | | I I I I I | | | | | I COP I | |
| 2400 | 1 | SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | ENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | | I | I I I | | | I | I |
| 2456 | 1 | COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | I- CRE | I | I I I | | | I | I |
| 1049 | 1 | CONSTRUCAO, REPAROS E | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | EQUIPAMENTOS PARA A REDE | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | FISCO-ARRECADADORA | I | 4110.00I00ILI | 2.769.343 | | I0830I | |
| | 1 | | I | 4120.00I00ILI | 973.975 | | I0830I | |
| | 1 | | I | 4130.00I00ILI | 88.283 | | I0830I | |
| | 1 | | I | 4261.00I00ILI | 2.000 | | I0830I | |
| 2460 | 1 | ADMINISTRACAO DOS SERVICOS DE | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | INFORMATICA - CRE | I | 4120.00I00ILI | 3.192.000 | | I0830I | |
| 2698 | 1 | ARRECADACAO E FISCALIZACAO DE | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | TRIBUTOS | I | 4120.00I00ILI | 2.798.024 | | I0830I | |
| | 1 | | I | 4130.00I00ILI | 5.320 | | I0830I | |
| | 1 | | I | 4192.00I00ILI | 5.320 | | I0830I | |
| | 1 | | I | 4261.00I00ILI | 105.336 | | I0830I | |
| | 1 | | I | 4292.00I00ILI | 1.064 | | I0830I | |
| 4400 | 1 | SECRETARIA DE ESTADO DOS | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | TRANSPORTES - ENTIDADES | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | VINCULADAS | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | | I | I I I | | | I | I |
| 4490 | 1 | DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE | I | I I I | | | I | I |
| | 1 | RODAGEM - DER | I | I I I | | | I | I |
| 1021 | 1 | CONSTRUCAO DE RODOVIAS | I | 4110.00I00ILI | 699.905 | | I0830I | |
| T O T A L | | | | | I | 10.640.570 | I | |

| REDUCAO DA RECEITA | | ANEXO IV | | | FL. 01 | | I | |
|--------------------|---|---|--|----|---------------|--|------------|--|
| ANEXO | | | | | Cr\$ 1.000,00 | | I | |
| CODIGO | | ESPECIFICACAO | | | I FT I | | VALOR | |
| | | DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER | | | | | | |
| 2412.01.01 | 1 | Recursos da Arrecadacao do Tesouro | | 00 | | | 699.905 | |
| | | COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO - CRE | | | | | | |
| 2412.01.01 | 1 | Recursos da Arrecadacao do Tesouro | | 00 | | | 9.940.665 | |
| T O T A L | | | | | | | 10.640.570 | |

Ofícios:

OFÍCIO

Dos Excelentíssimos Senhores Dario Livino Torres, Dimas Ortêncio de Melo, Guilherme Luiz Gomes, Jorge Wagih Massad, José Augusto Gomes Aniceto, Lorni Zaniolo, Lourival Soares dos Anjos, Luiz Cesar de Oliveira, Luiz Lopes, Nei Roberto Guimarães, Olivar Coneglian, Robson Marques Cury, Rui Fernando de Oliveira, Sérgio Arenhart, Valter Martins de Toledo e Zanoni de Quadros Gonçalves, todos magistrados, cidadãos brasileiros, quites com a Justiça Eleitoral e em pleno gozo de seus direitos políticos, conforme demonstram os documentos inclusos, residentes nesta Capital, com endereço referencial na Associação dos Magistrados do Paraná, Palácio da Justiça, vêm, com fundamento nos artigos 88, caput, e incisos II, III, VI e VII, e 89, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná, e artigos 4º, inciso VIII, 14 e 74, da Lei nº 1079, de 10 de abril de 1950, oferecer denúncia contra o Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor Roberto Requião de Mello e Silva, pelas razões expostas.

Ao conhecimento da Casa.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ESTADO DO PARANA

OFÍCIO Nº 27/92

Prezado Senhor:

A Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, reunida com os Vereadores em exercício, e os eleitos em 03 de outubro próximo passado, preocupados com a situação de intranquilidade, pela qual está passando a comunidade de Santo Antônio do Sudoeste, em consequência dos fatos ocorridos após as eleições municipais, objetivando resguardar a paz, a harmonia e a tranquilidade dos munícipes, solicitam a imediata intervenção de Vossa Excelência junto às autoridades competentes, no sentido de que sejam agilizadas providências para a solução dos fatos existentes, os quais vêm denegrindo sobremaneira a imagem e o bom nome deste povo ordeiro e trabalhador que se encontra na expectativa do retorno da tranquilidade e da normalidade social.

Sendo o que se apresenta para o momento, contendo com a sua especial atenção ao acima exposto, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01.11.92.

(a) SINVAL SCHREINER
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.12.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência, REQUERER que, após ouvido o Plenário, lhe sejam concedidos quinze dias de licença, a partir do próximo dia 30 do corrente mês e ano, quando deverá empreender viagem ao exterior visando interesses econômicos e culturais do Município de Curitiba e, também, do Estado do Paraná, junto ao Banco Mundial, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, e junto a outros organismos internacionais de porte do Vaticano.

Sala das Sessões, em 01.12.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 1947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado Voto de Pesar pelo falecimento da IRMÃ ANTONA (Annelise Droge) vítima de lamentável acidente acontecido na Rodovia Curitiba / Maringá, no dia 25 próximo passado.

Sala das Sessões, em 01.12.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva, principalmente, prestar preito de reconhecimento, a quem, inegavelmente, durante toda a sua existência, prestou, por onde passou, incontestáveis trabalhos espirituais, intelectuais e comunitários.

Natural da Alemanha, IRMÃ ANTONA dedicou a sua vida ao trabalho missionário no Brasil: Paraná e Mato Grosso. Atualmente era dedicada assessora da Pastoral Catequética na Arquidiocese de Maringá.

Foi a grande organizadora de uma obra promocional no Município de Sarandi, onde criou a PROMEC - Instituição de Proteção ao Menor Carente de Sarandi, entidade que dá às crianças, adolescentes e jovens carentes um ambiente de formação profissional e moral.

Todo o contingente de amigos perdeu

com o desaparecimento da extraordinária mulher que restaurou o exemplo de dignidade, que sempre buscou a conciliação e a concórdia dos problemas da comunidade.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Seu trabalho, seu caminho, continuarão a ser seguidos e trilhados por seus admiradores e a sociedade, que merecem ser reverenciados nesta hora por todos nós.

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que se registre em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Professor e Empresário Claudio Barancelli, nomeado Diretor Regional do Senac. Trata-se de conceituado líder empresarial de nosso Estado, tendo sido até então Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Pato Branco, onde é atuante empresário e consagrado advogado. Sua nomeação atende aos novos propósitos do Grupo Empresarial que assumiu o comando da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná e do Conselho Regional do Senac. É a primeira vez que um empresário assume tal cargo, principalmente, oriundo do interior. Temos certeza de que o Doutor Cláudio Barancelli fará um bom trabalho, face suas grandes qualidades.

Sala das Sessões, em 01.12.92

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se faça o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de louvor e muito aplauso ao Empresário Ciro Conte Chiquetta, empossado na presidência do Sindicato do Comércio Varejista de Pato Branco, dia 27 de novembro último. Trata-se de destacado empresário naquela cidade, escolhido por consenso de seus companheiros, que o conduziram ao cargo em chapa única. Temos certeza de que fará uma boa administração, pois sendo Empresário de reconhecida liderança, saberá imprimir o necessário vigor ao seu trabalho de Presidente. Desejamos muito sucesso.

Sala das Sessões, em 01.12.92

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Dr. Sergio Leone, Prefeito Municipal da Lapa, pelas homenagens prestadas, em comemoração ao Centenário da Posse, como Prefeito, do Doutor João Cândido Ferreira.

Sala das Sessões, em 01.12.92

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A histórica Cidade da Lapa, lembrou com muito carinho dia 28 último, o Centenário da Posse do Prefeito João Cândido Ferreira, personalidade que marcou profundamente todo o Estado do Paraná, como médico humanitário, Prefeito da Lapa, Deputado Estadual, Deputado Federal, vice-Presidente e Presidente do Estado do Paraná, sempre com lealdade, honestidade e sobretudo com elevado ardor patriótico.

Com a presença de altas autoridades, familiares, o povo da Lapa, por intermédio de seu ilustre Prefeito Dr. Sérgio Leone, procedeu a inauguração de uma placa comemorativa, no Centro Histórico da Lapa, quando foi entregue totalmente restaurada a casa onde o Doutor João Cândido Ferreira viveu.

É preciso acentuar esses fatores para justificar o acerto das homenagens, pelo povo lapeano, ao Doutor João Cândido Ferreira.

Estamos felizes todos nós que vemos lembrado com muito carinho o Centenário da Posse de um ilustre filho como Prefeito Municipal da histórica Cidade da Lapa.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com a população lapeana por intermédio do Senhor Prefeito Municipal bem como os familiares do saudoso Doutor João Cândido Ferreira.

REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tadeu Bento França, Secretário Especial de Assuntos do Meio Ambiente, no sentido de que seja determinado estudos e viabilizados recursos materiais e financeiros para a recuperação do Rio Sarandi, em Iporã.

Sala das Sessões, em 01.12.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Rio Sarandi já foi um dos mais belos cursos d'água do município de Iporã, com belíssimas quedas d'água abrigando em seu leito e suas margens uma riquíssima fauna.

A ação de homens tem sido desastrosa na ocupação do solo, principalmente às

destas fontes naturais e a recuperação imediata desta e de tantos outros crimes ecológicos é no mínimo o resgate à dignidade do homem à vida.

REQUERIMENTO Nº 1951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de viabilizar reformas na unidade educacional denominada Escola Estadual Prof. Hilda Trautwein, localizada em Umuarama.

Sala das Sessões, em 01.12.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO Nº 1956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Cláudio Romanelli, Secretário Especial da Política Habitacional do Estado do Paraná, solicitando informações acerca da suspensão de dois projetos de núcleos habitacionais, previstos para ter obras iniciadas ainda este ano, ambos localizados na Vila Vicentina, no Município de Ponta Grossa, num total de 725 unidades habitacionais, com respostas aos seguintes itens.

1. Por que ambos os projetos foram suspensos?

2. Por que a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa não foi notificada?

3. Existe previsão para a retomada dos procedimentos burocráticos para a execução das obras?

4. Tais núcleos, a serem construídos em área da COHAPAR, serão realmente executados e oferecidos à população ponta-grossense?

5. Existem outros projetos de núcleos habitacionais para Ponta Grossa?

Sala das Sessões, em 01.12.92

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Aguardado desde meados do corrente ano

pelas autoridades municipais de Ponta Grossa, tendo já a Prefeitura Municipal aprovado alvarás de construção, não se entende porque, quando o município é um dos que apresentam maior déficit habitacional popular, ambos os projetos simplesmente foram esquecidos pela Secretaria Especial de Política Habitacional do Estado. Isto, sem que o Município fosse cientificado, quando faltava apenas, e tão somente a assinatura de Convênio entre PROLAR e COHAPAR, postura que fez gerar os mais descontraídos boatos a respeito.

REQUERIMENTO Nº 1957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Heron Arzua, Secretário de Estado das Finanças, solicitando estudos que viabilizem a dilação no prazo do recolhimento do ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, extensivo a todo o comércio do Estado do Paraná, decorrente das vendas referentes ao mês de dezembro do corrente ano, em três parcelas vencíveis respectivamente nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1993. Tal dilação se daria em face de que, de acordo com a legislação fiscal do Estado, o recolhimento se daria em uma única parcela no primeiro mês do próximo período fiscal.

Sala das Sessões, em 01.12.92

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

A dilação no prazo de recolhimento do ICMS relativo ao mês de dezembro, significa uma postura de compreensão e apoio ao comércio mesmo porque, é sabido, a grande parcela das vendas comerciais tem sido feitas a prazo, normalmente com uma entrada e duas outras prestações, mas os impostos, e o ICMS não é exceção, são recolhidos em uma única parcela, já no mês subsequente.

Diante da crise que avassala o comércio, e não apenas o comércio, mas especialmente este, já com reflexos altamente negativos, e como nos meses subsequentes de janeiro, fevereiro e março, as vendas sofrerão reduções gritantes, entendemos que o Governo do Estado, utilizando-se de instrumentos adequados e eficazes que não impliquem em sangria do Tesouro do Estado, possa adotar medidas concretas que minimizem este estado de coisas incentivando os comerciantes paranaenses e quiçá, impedindo que os problemas por eles enfrentados venham a robustecer a entrada de um novo ano, cujas perspectivas nada apresentam de otimistas.

Pelo exposto, acreditamos ser de fun-

damental importância ao comércio, incentivos, por menores que sejam, de parte do Governo Estadual, que assume também responsabilidades e compromissos com os empresários comerciais, oferecendo-lhes condições para continuar a jornada, suplantando estes momentos difíceis.

REQUERIMENTO Nº 1961

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e aos órgãos de comunicação da Cidade de Loanda, contendo Votos de Congratulações pelo transcurso do 37º aniversário de instalações daquele município, ocorrido no último dia 27 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 01.12.92

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Nos idos do ano de 1950, a Região Noroeste Paranaense, ainda era um sertão inexplorado, e representava apenas uma promessa, pela fertilidade de suas terras. No início, era apenas uma mata densa e impenetrável. Chegaram então os pioneiros, vindos dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e outras regiões, os quais se juntaram com as famílias japonesas que ali haviam se radicado, e começaram a construir um povoado, que mais tarde se tornaria a Cidade de Loanda, que contou também com arrojo e a coragem dos homens que dirigiam a Empresa Colonizadora Norte do Paraná, que acreditaram no potencial da região, e nas riquezas que haveriam de brotar daquelas terras.

Para denominar a nova cidade que surgia, os Diretores da Empresa Colonizadora Norte do Paraná, promoveram um concurso na Rádio Clube de Dracena no interior do Estado de São Paulo, onde a Empresa Colonizadora tinha sua sede. A Empresa Colonizadora, oferecia ao vencedor do concurso, um lote urbano na nova cidade. Eram muitas as sugestões oferecidas, e a escolha do nome para a nova cidade, tornara-se difícil. Foi então submetida a uma votação dos nomes com maior número de preferência entre os ouvintes da emissora. A comissão optou então pelo nome de LOANDA.

Loanda foi fundada pela Empresa Colonizadora Norte do Paraná, no mês de outubro de 1952. A Empresa Colonizadora tinha a frente os Senhores Ivo Spinardi, Lino Spinardi e Ásio Monticuco, que adquiriram dos Senhores Santiago Martin Corral e David Bancow, 220 alqueires de terras, que após serem demarcadas em lotes urbanos e rurais, foram vendidas para pagamentos a longo prazo, e assim começaram a surgir os novos proprietários, e conseqüentemente

toda a região começou a crescer e progredir, surgindo novos povoados, e que mais tarde se tornaram novas cidades.

A povoação cresceu rapidamente, e a cultura do café dominou toda a região, transformando a Cidade de Loanda num importante centro populacional, quando então, por força da lei nº 47, de 15 de agosto de 1953, foi elevada a categoria de Distrito. Mesmo assim, a população não se contentava com a condição de distrito e lutava para conseguir a sua emancipação política e se transformasse em município, para que pudessem com os recursos arrecadados de suas produções agrícolas, aplicassem no desenvolvimento da cidade e de toda a sua região, levando melhores benefícios a sua população.

No ano seguinte, em 1954, a população teve o reconhecimento do seu trabalho e de sua luta, culminando com a aprovação da Lei nº 253/54, de 26 de novembro de 1954, que criava definitivamente o Município de Loanda, com sua instalação no dia 27 de novembro de 1955, já tendo sido eleito o seu primeiro Prefeito e a primeira Câmara de Vereadores, que teriam a responsabilidade de gerir as finanças e o destino do novo município.

Após a sua fundação como simples núcleo colonial, na prodigiosa Região Noroeste do Estado do Paraná, o progresso de Loanda se transformou rapidamente, pois foram apenas dois anos e meio para se transformar de um simples povoado para Distrito, e depois município, tendo sido sua primeira eleição municipal realizada no dia 30 de outubro de 1955, sendo eleito o Senhor Ásio Monticuco o primeiro Prefeito, e os Vereadores que tomaram posse no dia 27 de novembro do mesmo ano, por ocasião da instalação do município. Hoje não é apenas um simples município, mas a grande e dinâmica Comarca de Loanda.

Portanto, só podemos pedir aqui, que seja registrada nos anais deste Poder Legislativo, esta significativa data, tanto para o Município de Loanda, como para a sua laboriosa população.

REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando cópia de todas as licitações feitas na atual administração (1991/92) visando a aquisição de placas indicativas, de identificação de programas e de publicidade.

Sala das Sessões, em 01.12.92

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos a denúncia de irregularidade

des nas licitações de aquisição de placas. Tais licitações teriam sido feitas pelo BANESTADO, FUNDEPAR, Secretaria Estadual de Esporte e Turismo. Estas concorrências foram vencidas pela empresa MAKROTEN COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, que se diz localizar à Rua Joinville, 2877, sala A, em São José dos Pinhais. Indo pessoalmente ao local, constatei que neste endereço encontra-se a Vidraçaria Trevo.

Projetos de Lei: N° 410/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A Lei n° 8933/89, de 27.12.1989 (lei instituidora do ICMS) passa a ter vigência com as seguintes alterações:

Alteração 1ª - Fica acrescido mais um parágrafo ao artigo 3°, com a seguinte redação:

"§ 4° - No que diz respeito a usinas hidrelétricas, o fato gerador, bem como as operações e prestações referidas no art. 2°, serão considerados como ocorridos nos municípios onde se situa o estabelecimento, como definido no art. 34 desta lei".

Alteração 2ª - Fica acrescida mais uma letra ao inciso I do artigo 34, com a seguinte redação:

"f) em todos os municípios onde se situem as instalações de usina hidrelétrica, instalações essas que compreendem as casas de força (turbinas geradoras), barragens de contenção e reservatórios de água necessários à geração e energia, na proporção da área ocupada em cada município".

Alteração 3ª - O § 3° do mesmo art. 34 passa a ter a seguinte redação:

"§ 3° - Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, onde pessoas físicas ou jurídicas exercem suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como o local onde usinas hidrelétricas mantêm instalações destinadas à geração de energia, como definido na letra "f" do inciso anterior, bem como a transmissão dessa energia, ou então se encontram armazenados produtos ou mercadorias, ainda que este local pertença a terceiros.

Art. 2° - As alterações introduzidas por esta lei são de caráter interpretativo, produzindo efeitos nos termos do art. 106 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172/66, de 25.10.66).

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.92.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento: Doutor Rosinha, Ademar Traiano, Djalma de Almeida César, Nelson Gar-

cia, José Artur Ritti, João Iensen, Basílio Zanusso, Edson Silva Lino, José Alves, Duílio Genari, Lourenço Fregonese, Plauto Miró Guimarães, Nelson Justus, Costenaro Neto, Paulo Maia, Toti Colaço, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Emilia Belinati, Antônio Annibelli, Ernani Pudell, Alceu Swarowski, Luiz Carlos Alborghetti, Severino Félix, Arlindo Troian, João Preis, Mário Bezerra, Nilton Barbosa e Eurides Moura.

JUSTIFICATIVA:

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a energia elétrica, até então sujeita exclusivamente ao denominado imposto único sobre sua produção, importação, circulação, distribuição e consumo (art. 21, VII, da Constituição de 1969), passou a ter novo tratamento tributário.

Tendo a nova Constituição eliminado o denominado imposto único sobre a energia elétrica (sua incidência se dava apenas por uma vez e excluía a incidência de qualquer outro tributo sobre a mesma), passou esta a ser tributada, eis que se trata de mercadoria, pelo ICMS.

Em se tratando de matéria nova, as disposições da lei instituidora do ICMS no Paraná (Lei n° 8933/89), embora contendo os necessários dispositivos para seu correto entendimento, vem trazendo algumas interpretações equivocadas a respeito de alguns de seus aspectos, em relação às usinas geradoras de energia elétrica.

Não sujeitas anteriormente ao tributo estadual, não haviam sido geradas dúvidas a respeito da conceituação de estabelecimento local da operação e outros aspectos, dúvidas essas que agora afligem algumas interpretações, eventualmente equivocadas.

Nos termos da própria Constituição Federal de 1988, bem como da legislação complementar, os aspectos relativos a fixação dos conceitos de local da operação, estabelecimento e ocorrência do fato gerador são essencialmente de competência da legislação estadual.

Assim sendo, propõe este projeto de lei algumas alterações na Lei 8933/89 - de caráter exclusivamente interpretativo (art. 106, I, do Código Tributário Nacional) - que visam clarear situações que davam azo a interpretações díspares e por vezes equivocadas a respeito de aspectos nucleares da hipótese de incidência nessas operações, da ocorrência de seu fato gerador, do local da operação e da conceituação desses verdadeiros mega-estabelecimentos que são os complexos geradores de energia elétrica.

A redação dos dispositivos a serem acrescidos ou alterados, propõe a fixação de conceituação de local onde se reputa ocorrido o fato gerador, bem como as operações a tal relativas e fixa com maior

clareza o local da situação desses estabelecimentos, bem como dos da transmissão da energia gerada.

Tal é, portanto, o espírito que rege o conteúdo das modificações propostas, que seguem estritamente os ditames constitucionais a respeito da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 411/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a "Cruzada Evangelística Ide e Pregai", com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Cruzada Evangelística Ide e Pregai, sediada na Cidade de Paranaguá, à Rua Umarama, 77, bairro Emboguaçu, há mais de 5 anos vem realizando um trabalho dignificante no setor de filantropia, onde além dos atendimentos dados às famílias carentes, conseguidos com recursos próprios, mantém um setor cuidando assiduamente de crianças carentes, trazendo-as à convivência social, e ensinando-as a ter um procedimento humano.

Nessa ação social, registra-se o empenho e dedicação dos integrantes da atual Diretoria, que sem qualquer tipo de remuneração ou vínculo financeiro, nas horas de folga de suas atividades particulares, encontram tempo disponível para dedicarem-se com afinco a busca de soluções.

Com esse projeto de lei, buscaremos de forma positiva auxiliar essa instituição a proceder a ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem tempo suficiente e méritos semelhantes.

E a nossa justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Lida e APROVADA a Ata.

O SR. 1º SECRETARIO - procede a leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia pedido de "impeachment" assinado pelos Senhores Dario Livino Torres, Dimas Ortêncio de Melo, Guilherme Luiz Gomes, Jorge Wagih Massad, José Augusto Gomes Aniceto, Lorni Zaniolo, Lourival Soares dos Anjos, Luiz Cesar de Oliveira, Luiz Lopes, Nei Roberto Guimarães, Olivar Coneglian, Robson Marques Cury, Ruy Fernando de Oliveira, Sérgio Arenhart, Valter Martins de Toledo e Zanoni de Quadros Gon-

çalves, todos magistrados, cidadãos brasileiros, quites com a Justiça Eleitoral e em pleno gozo de seus direitos políticos, conforme demonstram os documentos incluídos, residentes nesta Capital, com endereço referencial na associação dos Magistrados do Paraná, Palácio da Justiça, vêm, com fundamento nos artigos 88, caput, e incisos II, III, VI e VII, e 89, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná, e artigos 4º, inciso VIII, 14 e 74, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, oferecer denúncia contra o Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA.

O processo tem esse volume e regimentalmente teria que ser lido pelo Sr. 1º Secretário. A Mesa - Presidência exarou o seguinte despacho: Protocole-se ao departamento para publicação em avulso e em seguida vai despachar para que o processo vá à Comissão de Justiça.

A Mesa consulta o plenário, que tendo determinado a publicação em avulso, cada Deputado receberá o seu exemplar, se é necessária a leitura pelo 1º Secretário do pedido de "impeachment" ou se nós aguardamos a publicação em avulso para em seguida encaminhar o processo a Comissão de Justiça.

A tramitação será a seguinte: a Comissão de Justiça vai exarar o seu parecer, a favor ou contrário e esse parecer será aprovado ou não pelo plenário com voto secreto.

Aprovada a acusação a Mesa vai sortear de acordo com a Lei os Deputados que vão atuar no solicitado pedido.

Fica condicionada a leitura do processo, do pedido a manifestação do Plenário. Se aguardam ou se querem que o 1º Secretário proceda a leitura.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito dois minutos de suspensão dos trabalhos para que a gente possa conversar com as lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Repico com 5 minutos. Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a presente Sessão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - De acordo com a maioria da Casa e em nome também, na condição de Deputado, na condição, ao lado do Deputado Orlando Pessutti, ao lado do Deputado Paulo Maia, Deputado Basílio Zanusso, os Líderes do PSDB, do PTB, de todos os Líderes desta Casa, nós achamos conveniente que V.Exa. mande a cada Gabinete desta Casa um exemplar do pedido de "impeachment" para que cada Deputado, para a imprensa, inclusive,

escrita, televisionada e falada, entregue para as mesmas um exemplar, e cada Deputado receberá o seu exemplar, cada Deputado fará a análise para depois votar de acordo com a sua consciência.

Muito obrigado. É a vontade da maioria neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É óbvio e ululante. A Mesa quer saber se o Plenário quer que proceda a leitura ou aguarda a publicação.

Então, o pedido de "impeachment" será sustado até que os Senhores Deputados recebam em seus gabinetes a cópia do processo.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tendo sido reaberta a Sessão, é óbvio, e V.Exa. me concedido a palavra, "data venia" da decisão de V.Exa., que encaminha ou manda encaminhar para a Comissão de Constituição e Justiça o pedido de impedimento do Exmo. Sr. Governador do Estado e se V.Exa. assim procedeu deve ter baseado em informações de jurista e jurista não sou, mas apenas um Deputado que procura estudar e analisar a legislação vigente, a Constituição e o Regimento Interno, eu consultaria V.Exa. sobre a possibilidade de analisar melhor o que diz o artigo 235 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa quando fala do processo dos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e do Secretário de Estado. O artigo 235 é claro: "O processo nos crimes de responsabilidade do Governador, do vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá as disposições da legislação em vigor."

Muito bem, a Constituição Federal no seu artigo 88 "Da responsabilidade do governador": "São crimes de responsabilidade, os atos do governador que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição do Estado e especialmente - I - ...

II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos poderes constitucionais;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais,

IV - a lei orçamentária,

V - a segurança interna do País,

VI - a probidade na administração,

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais".

Parágrafo Único: "Esses crimes de responsabilidade serão definidos em lei federal".

Não existe na Constituição Estadual e nem no Regimento Interno, nada que regule a aplicação do artigo 88 e seus itens e parágrafo único, mas a legislação federal, - a única que existe, - Lei nº 1079 de 4

de abril de 1950, que foi a mesma lei em que se baseou o Congresso Nacional para analisar o impedimento do Senhor Presidente da República e essa lei que está em vigência e que foi pelo Supremo Tribunal Federal, declarada como a que deveria ser mantida, ela diz da acusação: Artigo 19: "Recebida a denúncia, será lida no expediente da Sessão seguinte e despachada a uma Comissão Especial eleita, - da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos, para opinar sobre a mesma".

Mais adiante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no Capítulo II - DA DENÚNCIA - DA ACUSAÇÃO E JULGAMENTO" é claro. No artigo 78 e § 3º: "Nos Estados onde as Constituições não determinarem o processo dos crimes de responsabilidade dos governadores, aplicar-se-á o disposto nesta Lei, devendo porém, o julgamento ser proferido por um Tribunal composto, de conformidade com ..." Como V.Exa. declarou. Como não existe, Senhor Presidente, uma legislação específica para este tipo de crime de responsabilidade do governador, quer na Constituição Estadual, quer no nosso Regimento Interno, eu pediria a V.Exa., que democrata que é, que revise a decisão da Presidência, encaminhando essa matéria para a Comissão de Constituição e Justiça, quando na realidade, seria mais interessante que se constituísse nessa primeira fase, uma Comissão Especial e a Comissão Especial teria mais representatividade, em virtude de que todos os Partidos Políticos, de acordo com o que deliberou V.Exa. na CPI, que é uma Comissão temporária da Comissão Especial, nessa Comissão Especial todos os partidos têm representação e portanto, daria uma amplitude maior à Comissão, para analisar os fatos oriundos da denúncia da Associação dos Magistrados do Paraná.

É esta a questão de ordem que levanto neste instante a V.Exa., na certeza de que estou interpretando com fidelidade, aquilo que diz a Lei nº 1079 de abril de 1950, o Regimento Interno e a Constituição do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa faz conhecer aos Senhores Deputados, o § 2º do artigo 33 do Regimento Interno:

"A Comissão de Constituição

"... compete manifestar-se sobre todas as composições, quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, sobre o caráter estrutural dos projetos, para os fins previstos na Constituição Estadual".

Não resta a menor dúvida que, de acordo com o Regimento Interno, cabe à Comissão de Justiça o primeiro Parecer sobre o assunto. Se a Comissão de Justiça opinar

pelo recebimento da denúncia ou não, ela será submetida ao Plenário, em votação secreta.

Admitida a votação a favor do "impeachment", a Mesa vai proceder de acordo com a Lei nº 1.079, julgada em parte, aplicável pelo Supremo Tribunal Federal.

Nestas condições, mantenho a minha decisão e até sexta-feira, quando deverá ser publicado o avulso, a Mesa ainda vai proceder estudos neste sentido.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Peço vênica a V.Exa. para informar que o que V.Exa. estabelece é sobre as comissões permanentes. E a Comissão de Constituição e Justiça é permanente. Mas, está-se constituindo, deveria ser constituída uma Comissão Provisória, nos mesmos moldes da Comissão Parlamentar de Inquérito, que é uma comissão provisória, onde se constitui uma comissão especial, formada por representantes de todos os Partidos, guardando a proporcionalidade da sua representação em Plenário e desta forma dando uma amplitude maior à Comissão, não ampliando seus Poderes, mas que também está imbuída de analisar a parte constitucional do pedido feito pela Associação dos Magistrados do Paraná.

Era o que eu tinha a acrescentar a V.Exa., naturalmente acatando a decisão da Mesa, como sempre fiz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu mantenho a decisão. Esta decisão pode ser revista. Vai ser encaminhada à Comissão de Justiça a solicitação da Associação dos Magistrados. E em seguida, com o Parecer contrário ou a favor, será submetido ao Plenário, em votação secreta.

Mantenho sobre a Mesa a solicitação até que os Senhores Deputados recebam a publicação, em avulso, da solicitação da Associação dos Magistrados.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados; há tempos atrás nós vimos, desta Tribuna, solicitar do Senhor Secretário de Segurança, bem como do Comandante da Polícia Militar, que tomasse providência no sentido de levar a tranqüilidade aos nossos companheiros, aos nossos amigos, na Cidade de Umuarama.

Houve morosidade, até que chegasse às mãos do Senhor Governador do Estado a nossa preocupação, a preocupação do Deputado e colega de região de Umuarama, Nelson Garcia.

Com relação à Polícia Civil e a sua atuação na Cidade de Umuarama e região, na época pouco se tinha a reclamar. Mas,

achou por bem o Senhor Governador, naquela época, mudar o Comando do Batalhão da Companhia da Polícia Militar de Umuarama, bem como o Senhor Delegado Chefe da Subdivisão.

Então, a tranqüilidade, de uma certa forma, chegou em Umuarama. Diminuiu-se o roubo de carros, diminuiu-se o vandalismo; e até a presente data, nada nos tem chegado que possamos reclamar do Comandante da Cia. da Polícia Militar, bem como dos novos delegados da subdivisão policial de Umuarama. Mas uma preocupação que tem nos trazido Senhor Presidente, Senhores Deputados o Município que também representamos aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Município de fronteira, fronteira com Mato Grosso e de certa parte até com o Paraguai. Há mais de sessenta dias tem se procurado junto ao Secretário de Segurança buscarmos uma atenção melhor por parte da Polícia Civil e da Polícia Militar no Município de Altônia, roubam-se carros, motocicletas, caminhões, praticamente na média de um por dia. Essa preocupação já foi levada ao Secretário de Segurança em conversa que tivemos com ele mesmo antes de assumir a Prefeitura, já vitorioso nas urnas do dia 03/10, o ex-Prefeito e Prefeito eleito Dr. Jonas Xavier também já procurou o Secretário de Segurança e não se teve solução. E a cada dia que passa a tensão, a preocupação da Comunidade aumenta, telefonemas e mais telefonemas têm chegado ao nosso gabinete, companheiros tem nos procurado, como tivemos um novo contato na sexta-feira com o Prefeito eleito Dr. Jonas que nos reclamava da morosidade que se tem na Secretaria para tomar providências. Encontra-se aqui conosco e aproveito a oportunidade para registrar a presença do jovem Prefeito de São Jorge do Patrocínio Dr. Claudio Palozzi, Presidente da Associação dos Municípios de Entre Rios-AMERIOS, que tem demonstrado também a sua preocupação inclusive aqui está hoje pedindo que de novo falemos com o Secretário de Segurança.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, diversas e diversas vezes já se foi falado com o Secretário de Segurança, já se foi pedido viaturas para o Município da região, já foi pedido a nomeação de escrivão de polícia, de delegados e lamentavelmente até a presente data nada tem sido feito.

Tivemos uma audiência com o Secretário na semana passada em companhia do Juiz de Direito da Comarca de Icaraíma Dr. Benjamim, que fomos pedir ao Secretário nomeação de um escrivão de polícia para a Comarca, para a Delegacia de Icaraíma. E dizia na ocasião ... quando do comentário do Juiz que dizia que a coisa ficava morosa, ficava demorada, ele dizia que "a demora

às vezes é sábia". - Então queremos deixar aqui a nossa preocupação registrada e pedir ao companheiro Deputado Orlando Pessuti, Líder do Governo da Bancada do PMDB que nos ajudasse a interferir nesse caso.

O Sr. Neivo Beraldin - Solicito um aparte Senhor Deputado.

O SR. NILTON BARBOSA - Está concedido.

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado Nilton Barbosa eu solicitei o aparte para solidarizar-me com o seu pronunciamento e dizer que V.Exa. É um Deputado ativo, trabalhador e que representa com muita seriedade os seus Municípios. E acho saudável quando um Deputado não vê atendida às suas reivindicações e os reclamos da população dos Municípios onde moram e onde vivem a população do nosso Estado, é saudável que o Deputado use a tribuna porque assim poderemos ter aqui a solidariedade dos companheiros e por certo, com isso daremos uma contribuição ao Governo do Estado. Uma contribuição positiva, uma contribuição própria de um Governo que quer ver obras realizadas especialmente obras que tenham alcance social e os Deputados têm essa responsabilidade de representar os municípios aqui e V.Exa. o faz com muita grandeza.

O SR. NILTON BARBOSA - Agradeço o aparte do Deputado Neivo Beraldin e as palavras elogiosas. Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa preocupação já tem sido trazida por nós aqui há muito tempo. A nossa Cidade de Alto Piquiri também há mais de um ano e meio não tem um delegado de polícia. Nos reclama a Dra. Juíza de Direito, nos reclama o Dr. Promotor de Justiça e nós não conseguimos buscar resultado. Sabem, os Senhores de que nós fazemos parte do Bloco que dá sustentação ao Governo nesta Casa, sabem os Senhores da nossa amizade e do nosso relacionamento para com o Senhor Governador. Mas nós não podemos, por fazer parte do Bloco, fecharmos nossos olhos e concordarmos com a morosidade de alguns órgãos do governo como é o caso da Secretaria de Segurança.

Viatura não se tem. Funcionários, no caso de escrivão, não se tem. Delegado de Polícia não se tem e com isso fica aí a intranquilidade para os companheiros de alguns municípios que nós aqui representamos nesta Casa. Por isso o nosso pedido de ajuda ao Líder do Governo, ao Líder da Bancada do PMDB que interferisse junto ao Secretário de Segurança porque está difícil saber na verdade quem é o Secretário de Segurança do Estado do Paraná! O próprio Secretário, Dr. Favetti passa algumas

questões que lhe são solicitadas para que fale com o Chefe de Divisão de Polícia do Paraná Dr. José Maria Correa. Outro setor é ligado ao Comandante da Polícia Militar Coronel Capriotti. Mas na verdade as decisões, pelo que nós entendemos, cabem diretamente ao Secretário de Segurança.

Por isso fica aqui o nosso pedido de apoio da Casa, do nosso Líder do Bloco de Sustentação ao governo que urgencie o atendimento, porque nós queremos ver se ainda hoje, em companhia do Prefeito Cláudio Polozi - Presidente da Associação dos Municípios de Entre Rios, consigamos falar com o Governador do Estado para que ele tome as mesmas providências que ele tomou com relação a Umuarama. E determine - em 24 horas, a mudança do delegado, dos seus assessores e dos policiais militares que atuam na Cidade de Altônia para que possamos levar, pessoas atuantes, e que busquemos os ladrões e que os coloquemos atrás das celas porque é onde eles devem ficar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente com a palavra o Deputado Luiz Bona Turra.

O SR. LUIZ BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na verdade inscrito estava no horário da Liderança. Semana passada o Deputado Ovídio Constantino trouxe a esta Casa matéria concernente à Ferrovia da Produção - as desapropriações que devem ser operadas no trecho em que deve ser executada a Ferroeste. E dava conta de irregularidades nos procedimentos de desapropriação de áreas de terra, visando a consecução desse empreendimento.

Ouvi com atenção as denúncias do Deputado e as entendi como denúncias novas, que mereceriam esclarecimento, que mereceriam apreciação desta Casa. E foi assim que, no sábado último na abertura da Expovel em Cascavel, tive a oportunidade de conversando com a Presidência da Ferroeste Dr. Senden Junior e tendo recebido hoje a sua comunicação fazer aqui um esclarecimento aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente, sobre as medidas, as providências que foram adotadas no sentido de garantir máxima lisura no procedimento de consecução das obras da Ferrovia da Produção.

É interessante observar que as denúncias que pareciam ser novas e logo à frente foram veiculadas em meios de comunicação, não eram novas! Pelo histórico que nos trouxe a Presidência da Ferroeste, desde 89-90, ainda na fase de projetos a Ferroeste vem se preocupando com as desapropriações necessárias à construção da ferrovia.

Há um projeto específico para tal fim, identificando áreas e benfeitorias, sendo estabelecidos critérios de avaliação do preço real, com base em pareceres de profissionais do ramo, bancos, cooperativas agrícolas e sindicatos rurais das micror-regiões.

Conduzidas pessoalmente pelo Diretor Superintendente da Ferroeste, José Carlos Senden Jr, foram realizadas, em 89 e 90, inúmeras reuniões com as comunidades, inclusive em Laranjeiras do Sul, com a presença de centenas de agricultores passíveis de desapropriação, onde sempre foi colocada a intenção da empresa em efetivar os processos de desapropriação de maneira transparente, justa e rápida.

A Ferroeste sempre esteve preocupada com ações de candidatos a intermediações, desarticulando algumas delas, de forma a evitar ônus desnecessários aos agricultores, salvo os casos judiciais.

Ainda assim, por volta de julho/agosto deste ano foram detectados indícios de que pessoas estavam se apresentando como intermediários das negociações, contrariamente ao desejo da Ferroeste.

Por isso, a empresa passou a expedir correspondência aos proprietários rurais, distribuiu cartazes por todo o trecho e promoveu ampla divulgação pela imprensa escrita, falada e televisada, alertando para a desnecessidade da contratação de intermediários e sugerindo o contato direto com a sede da Ferroeste em Curitiba nos casos de dúvida.

O proprietário rural passou a dar seu ciente na carta recebida e o documento faz parte integrante do processo desapropriatório mantido na Ferroeste, que desde o seu início, após os levantamentos, avaliações e contatos com os proprietários, é analisado pelos Departamentos da Ferroeste, como pelos Departamentos Técnico e Jurídico da Secretaria dos Transportes, sendo autorizados os pagamentos pelo Secretário.

Desde outubro, os proprietários estão recebendo as indenizações pelas desapropriações através de crédito direto em sua conta-corrente bancária, agilizando-se as quitações e evitando-se trânsito de cheques, imediatamente após a assinatura da escritura, com cláusula de eficácia na quitação.

De qualquer forma e apesar dos alertas, Ferroeste não pode nem deseja cercar o direito do proprietário promover contratação de intermediário, caso assim decida. Apenas lamenta vê-lo gastar sem necessidade.

Certamente as denúncias recentemente ocorridas, tiveram origem nas ações da Ferroeste supramencionadas.

A Ferroeste está certa de que as de-

núncias formuladas por agricultores em Laranjeiras do Sul, tiveram origem nos alertas formulados pela empresa, pois muitos ficam inconformados por terem pago desnecessariamente honorários a advogados, e outros, ainda não indenizados, passaram a buscar formas para revogar as procurações eventualmente outorgadas.

Do ponto de vista estratégico, a Ferroeste atingiu o objetivo sócio-econômico de preservar os interesses dos proprietários rurais.

Dentre as denúncias, uma envolve um advogado do DER cedido à Ferroeste para conduzir as desapropriações, além de topógrafos que compõem a equipe.

Imediatamente, o Diretor Superintendente da empresa, após ter discutido o assunto com o Presidente e Secretário dos Transportes, por determinação deste percorreu a região, manteve contatos e solicitou uma sindicância, cuja comissão foi instaurada pelo Secretário no último dia 23.11.92.

O prazo para o Relatório Final é de 15 dias, pois além da absoluta transparência que deve revestir a gestão do empreendimento, é essencial a manutenção do excelente nível de credibilidade da Ferroeste, considerando-se a grandiosidade e complexidade da obra.

O sensacionalismo da imprensa aqui um adendo, o sensacionalismo da Bancada, ou mais especificamente do Deputado Ovídio Constantino não é compatível com o empreendimento, com o objetivo e com os fatos que cercam a Ferrovia da Produção.

No 250 quilômetros do trecho Guarapua-Cascavel, serão desapropriados 527 proprietários. Destes, já foram 198 (27,5% do total), sendo que 23 judiciais, por se tratarem em sua maioria (20) de posseiros. Até o momento, já estão liberados 143 KM. para construção, correspondente a 57% do total. O grande número de desapropriações amigáveis, bem demonstra a forma pela qual os proprietários e a empresa estão agindo.

Aproveito para trazer também ao conhecimento o despacho do dia 23 de novembro último, o Senhor Vice-Governador do Estado, Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Mário Pereira, nos seguintes termos: Ao Diretor Superintendente da Ferroeste... (Lê).

(xerox em anexo).

Determinei instauração de Sindicância e para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente relatório:

A Comissão será integrada por três funcionários, oriundos da secretaria dos Transportes, PGE e Ouvidoria, presidida pelo funcionário da SETR. Foi solicitado o acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado.

Durante período da Sindicância, deverá ficar afastado o advogado responsável pelas desapropriações, sendo suspensas as atividades da área, exceto os pagamentos dos processos aprovados, não envolvidos em denúncias e cuja mora na liquidação possa gerar prejuízos ao Estado.

Em 23.11.92.

Mário Pereira.

Em tempo: topôgrafos também devem ser afastados até o esclarecimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Concedo o aparte ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço o aparte concedido e aproveito para justificar a ausência do Deputado Ovídio Constantino, companheiro de Bancada, que teve que viajar para Nova Fátima, no interior do Estado, aonde está tendo confronto entre jagunços e trabalhadores sem-terras. Ovídio foi para lá para servir de intermediário na negociação para que se evite mais mortes e mais violência. No que diz respeito que a denúncia do meu companheiro de Bancada é sensacionalismo, eu discordo de Vossa Excelência, pois após ter sido noticiado pela imprensa e após ter sido feita a denúncia nesta Casa pelo Deputado Ovídio é que foi instaurada a sindicância pelo Governo do Estado: inclusive o Governador ligou para o gabinete do Deputado Ovídio após as denúncias, esse não se encontrava, estava viajando, e falou comigo, como Líder da Bancada, dizendo que ele atendia, tinha ouvido as denúncias e que a partir daí haveria sindicância e que o advogado responsável estava afastado. Se não foi pelo menos a partir do momento que o Ovídio trouxe até esta Casa, foi pelo menos a partir do momento que saiu na imprensa, porque até aquele instante não havia sido tomado as providências no sentido de apurar essas irregularidades dos trabalhadores que estavam sendo lesados por advogados a serviço da Ferroeste, somente quando veio a público foi que o governador tomou as providências necessárias. Espero que essas sindicâncias cheguem a conclusões sérias e veja quem é o responsável por isso e que seja punido na hora que constatar a irresponsabilidade desse advogado.

Portanto, não é sensacionalismo, é cobrar coerência de discurso e prática, foi o que fez o Deputado Ovídio Constantino.

O Sr. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - O despacho do Secretário de Estado dos Transportes é anterior ao pronunciamento do Deputado Ovídio nesta Casa.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Posterior a saída na imprensa.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Anterior ao pronunciamento do Deputado Ovídio.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Posterior a denúncia da imprensa.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - O que importa observar é que: lendo uma das colunas de jornal de grande circulação no Estado, entre as aleivosias, se citava justamente os procedimentos irregulares, e aí se atribuía à direção da ferrovia da produção, a irregularidade desses procedimentos em desapropriações de áreas que são necessárias a consecução do empreendimento.

Ontem eu ouvia com atenção também o pronunciamento da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Ernani Pudell em aparte ao Deputado Ovídio Constantino, dando conta de programas na condução das questões da terra no Estado. É interessante que a reação que trouxe à Casa a apreciação de um pedido de "impeachment" que num juízo de admissibilidade primária deve ser rejeitado, porque carece de fundamentos, carece de legitimidade, carece de consistência, vão se compondo interesses muito interessantes. A Ferrovia da Produção que rompe com uma velha prática no setor de obras públicas de promover grandes empreendimentos, mega-empreendimentos em associação com mega-empresários, e o Estado numa parceria de resultados com o Exército brasileiro, faz a execução direta desta obra, contrariando interesses poderosos aqui no Estado, num processo que por si só, e só por esta decisão, é a segurança da transparência, é a segurança dos bons propósitos do Governo, não só no que diz respeito à consecução do impedimento, como também no que diz respeito aos mecanismos para a execução deste empreendimento. Não apenas os fins são justos, mas também os meios utilizados para obter esses fins são os mais adequados.

Tínhamos ontem a questão da terra. Anteontem a questão da Ferrovia da Produção.

E interessante, numa aliança denunciada já há muito tempo, entre setores da Esquerda confusa, por um processo que coloca em questão aqui no Paraná temáticas que não estão em questão ainda no plano nacional, a questão das obras públicas, sobre a qual desejo nesta semana poder me pronunciar aqui a propósito de um seminário que faremos realizar na semana que vem, que vai discutir a questão dos portos, que vai discutir a questão da Ferrovia da Produção, que vai discutir a questão da engenharia de custo, da engenharia de qualidade, das técnicas licitacionais, uma estranha associação entre a Esquerda que não compreendeu, como não compreendeu

no Chile, se associando à reação e à Direita para derrubar Allende, também faz coro com a Direita aqui no Paraná para desestabilizar projetos de grande alcance social, de grande alcance político e econômico para o Estado do Paraná, como é o caso da Ferrovia da Produção.

Não serão insinuações como ontem, que tive oportunidade de rebater aqui quando tratávamos da questão do transporte coletivo, acho que é preciso nesta Casa haver responsabilidade.

Admito que a reação, que a Direita, que os setores retrógrados do campo e da cidade façam tudo para desmoralizar as nossas políticas, para desestabilizar os nossos objetivos. Admito! Porque sempre tive os nossos inimigos onde sempre estiveram. E sempre eles vão nos ter onde estamos. Mas não posso aceitar que quem tenha vindo a esta Casa com o voto dos setores populares e que quem nesta Casa representa e deve representar os trabalhadores brasileiros, faça coro com a burguesia, com os fazendeiros e com a reação neste Estado e neste País. Não admito isto, Senhores Deputados, Senhor Presidente!

E por isto que esta é uma questão simples. Talvez nem merecesse a nossa resposta, a lisura na condução dos procedimentos de desapropriação das áreas necessárias à consecução da Ferrovia da Produção. Mas quando isto associamos à questão dos transportes, que foi uma questão que apreciámos ontem aqui, e veio um Deputado da bancada do PT com uma insinuação tola e irresponsável, procurando dizer que quem ontem defendia com firmeza uma proposição hoje já não mais a defende... Anteontem dizia, porque se a reação aqui pede "impeachment" do Governador, vai merecer a rejeição desta Casa porque já merece a rejeição das ruas, se hoje a reação pede "impeachment" do Governador, ontem e pelas mesmas razões, vejam só que interessante, se a Direita acusa o Governador de insinuar as invasões, vem aqui a Esquerda para dizer que é conveniente através de sua polícia, com o jaguncismo, com o banditismo que tomou conta do campo.

Não, Senhor Presidente! Não, Senhores Deputados! O Governo está atento. Queremos, a partir do Paraná, lançar as bases para a retomada do desenvolvimento do País. Temos um projeto para o Paraná e temos um projeto para o País. E acho que aqui é uma admoestação que faço, porque não me dirigiria assim aos tradicionais adversários, só posso me dirigir assim a quem, por natureza, deveria ser aliado na consecução das mudanças, das transformações de práticas, de métodos e de estilo de fazer política aqui no Estado.

0 Senhor Ernani Pudell - Vossa Excelência

me permite um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, eu imputo grande parte de seu pronunciamento e das suas críticas à atuação da Bancada do PT ao pouco tempo de convívio que nós temos nessa Casa. Vossa Excelência poderá invocar o testemunho de seus colegas de Bancada de sustentação do Governo e terá o testemunho nelas a confirmação de que o PT sempre foi coerente com as questões que prega. O fato do Governador do Estado do Paraná fazer um discurso, professar um discurso pretensamente de esquerda e progressista não nos coloca na obrigação de sermos cúmplices de todas as ações do Governo. Eu acredito que Vossa Excelência deve observar com mais cuidado que quem fez uma aliança confusa de um Governo que tem um discurso de esquerda com a base e sustentação política de direita não é propriamente o Partido dos Trabalhadores, acho que é o Governo do Estado do Paraná. Vossa Excelência também deveria ter conhecimento que nós sempre defendemos a FERROESTE.

Agora, talvez Vossa Excelência não saiba que toda essa denúncia que fez aqui que a FERROESTE estava sendo administrada no seu projeto original, concebida no seu projeto original numa associação com grandes grupos de empreiteiras visando um super-faturamento nas obras talvez Vossa Excelência não saiba que as mesmas pessoas que fizeram a concepção do projeto original que foi posteriormente revogado pelo Governador do Estado e que acabou resultando na parceria com o Exército Brasileiro, são as mesmas pessoas que hoje continuam a dirigir o FERROESTE. Se mudou a concepção, se mudou a forma de fazer o projeto, a parceria, uma série de coisas, mas a direção da Ferrovia continua nas mesmas mãos. Aí eu faço uma pergunta a Vossa Excelência como pode o Governo do Estado denunciar uma manobra de associação da FERROESTE com as empreiteiras, desarticular essa manobra e fazer uma associação com o Exército, mas manter o comando original da FERROESTE nas mesmas mãos, e isso nós temos documento para provar a Vossa Excelência a hora que Vossa Excelência quiser.

Então, o que nós estamos aqui denunciando e sempre vamos denunciar são exatamente os desvios que possam ocorrer na construção da FERROESTE. Vossa Excelência também deve ter conhecimento, da importância, tão importante como o Governo, é a existência de uma oposição ativa, uma oposição responsável, uma oposição que fiscalize o Governo. E eu entendo que se o Governador do Estado prima pela honestidade nos atos da sua administração ele deve estar muito grato com a atuação da Bancada

do PT que por várias vezes impediu que maracutaías fossem consumadas no seu Governo, com a nossa intervenção e com as nossas críticas.

Agora, nós jamais nos somamos às forças de reação, e Vossa Excelência eu o convido para ler os jornais que a nossa posição em relação ao "impeachment" está muito clara, a Bancada do Partido dos Trabalhadores se coloca antecipadamente contrária à aprovação do "impeachment" por uma questão de coerência, por que nessa questão da reforma agrária, na questão da recusa do Governador do Estado em promover os despejos, no nosso entendimento, é uma posição politicamente correta, favorável à reforma agrária, e nós iremos dar sustentação ao Governador do Estado na questão do "impeachment". Essa é a posição do PT, sempre foi e sempre será, uma posição de coerência. Agora, nós cobraremos os esclarecimentos, inclusive eu já faço um apelo a Vossa Excelência que nós queremos ver o resultado dessa sindicância, porque eu, obviamente até prova em contrário, eu tenho o direito de desconfiar que essas ações que estão sendo feitas na desapropriação da FERROESTE não estavam sendo feitas apenas por um outro funcionário de 4º, 5º escalão. Esse pessoal, a princípio, tem que ter costas quentes, porque eu não posso admitir que a desapropriação de quinhentos e poucos agricultores que importa num volume de bilhões e bilhões de cruzeiros esteja sendo feita a revelia e sem cuidar e sem critérios pela direção da Ferrovia. E é exatamente isso que nós queremos ver no relatório, a extensão das responsabilidades, nós queremos não apenas o "bagrinho" que apareceu na intermediação e na transação, nós queremos ver todos os envolvidos, apontados neste documento.

Então, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e lhe devolvo a palavra.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Quanto à questão das alianças ou da identidade dos partidos políticos essa é uma matéria que nós podemos ter por exemplo, como referência Londrina, onde lá estivemos recentemente para levar, hipotecar o nosso apoio ao futuro Prefeito Luiz Eduardo Cheida, onde o Partido dos Trabalhadores estava em aliança, em coligação com o Partido Democrático Trabalhista, que tinha na expressão do Dr. Jatene, ex-Secretário Municipal dos Servidores Públicos de Londrina o candidato a vice-Prefeito. Se nós fôssemos, num arco ideológico, definir as posições não do candidato a vice-Prefeito de Luiz Eduardo Cheida, Dr. Jatene, mas das forças que apoiam o candidato a vice-Prefeito, futuro vice-Prefeito de Londrina, nós vamos ter em conta de que, num es-

tepe de esquerda a direita, o candidato a vice-Prefeito de Londrina é um homem de direita ou representa interesses de direita no Município de Londrina e isso não desabona a posição e as propostas levadas pelo candidato a Prefeito Luiz Eduardo Cheida. Do mesmo modo aqui nós temos alianças em setores que não são exatamente como nós porque se fossem exatamente como nós não seriam alianças, nós seríamos eles e eles seriam nós; são alianças. O PMDB é um partido de frente, o PMDB é um partido que contempla diversos interesses, diversas correntes políticas, e eu integro uma dessas correntes. O que confere força ao Partido, porque se o PMDB não é a frente, é a melhor expressão da frente ainda hoje no País. Isso num quadro de profunda crise de identidade do Partido, que decorre, sobretudo, de uma direção que cada vez menos tem identidade com os interesses e o programa do nosso partido, que é a direção nacional do partido, que está hoje sob o comando do ex-Governador Orestes Quêrcia, que não guarda nenhuma identidade com as nossas posições.

Quanto à questão do modo de consecução do empreendimento e se procurar fazer confronto como nós estamos desenvolvendo empreendimento, que é por administração direta, e como nós íamos no Governo Alvaro promover a consecução desses empreendimentos, que era por empreitada a preços unitários e globais, são duas modalidades perfeitamente previstas na legislação e administração não só do ponto de vista da legalidade, como também do ponto de vista de legitimidade.

É possível executar uma obra por administração direta, e nisso há legitimidade e legalidade, como é possível executar uma obra por administração indireta, por empreitada, e era o que se pretendia antes. O que se teria antes era o procedimento licitatório para o conjunto do trecho ou para cada um dos trechos, ou poderíamos ter um consórcio para analisar todos os trechos.

Por exemplo, haveria clara má intenção, se o Governo Alvaro desejasse entregar todo o trecho a uma só empresa; não, várias empresas na modalidade concorrência porque o que se tinha eram concorrências públicas para a execução de cada um dos trechos, mas isso fazia crescer uma taxa que se chama benefícios e despesas indiretas e que pode corresponder acerca de 30% do valor do empreendimento.

No caso de uma ferrovia com a complexidade e singularidade da obra, poderia ser até mais do que isso, porque nos benefícios está o lucro das empresas; nas despesas indiretas estão todas as despesas incidentes, são despesas indiretas incidentes sobre o empreendimento.

Então, é claro, nós teríamos na administração por empreitada um empreendimento que poderia ser 30% ou 40% ou até 50% mais caro, decorrente de uma questão que é de natureza científica no processo de orçamento de obra, uma questão que é científica pela incidência da taxa de benefícios de despesas indiretas. E aí não se pode haver acusação de ilegalidade. Se o Governo Alvaro pretendia fazer, e esta seria inclusive uma modalidade adequada e que poderia até conferir agilidade ao empreendimento, não vai aí ilegalidade.

De modo que, me parece, se procurar estabelecer, e eu já vi isso mais de uma vez, o confronto entre o procedimento anterior e o procedimento atual, ele ocorreu de natureza e de razões de Estado e de economia. Quer dizer, nós podíamos ter feito empreitada. O Estado, inclusive, estaria desonerado, porque quando nós falamos que o custo da obra vai ser reduzido em cento e cinquenta milhões de dólares ou em duzentos milhões de dólares ou em cento e vinte milhões de dólares, e aí é preciso, nós não podemos ser falaciosos, nós não podemos ser demagogos, em dizer que apenas houve redução, porque as despesas indiretas vão continuar existindo, o funcionamento da máquina do Exército Brasileiro faz as vezes das despesas indiretas, que seriam despesas indiretas das empresas. As despesas indiretas do DER também fazem as vezes das despesas indiretas que seriam das empresas, portanto os encargos para o Estado e para a União decorrentes desta modalidade adequada, não fazem e não há mágica do setor de obras, a redução do custo, fazem reduzir o preço, porque o custo em princípio, se aplicado corretamente, será o mesmo, o que nós temos é uma redução de preço, mas a mobilização do maquinário, a mobilização do pessoal do Estado e da União, vão existir de modo que nós vamos ter um preço final, que será inferior ao preço final que teríamos com entendimento anterior, mas que será tanto uma das modalidades como outra perfeitamente correta, perfeitamente adequada.

Quanto à questão do princípio da responsabilidade, que é uma questão que me parece séria, é que as vezes, na atividade parlamentar, que lhe é esvaziada por uma presença muito efetiva do Executivo, nós não conseguimos dimensionar a repercussão das palavras ou nós as vezes até subestimamos a repercussão da nossa palavra no Parlamento, imaginando que é aqui que nós dizemos, não chega nas ruas, não chega nas fábricas, não chega nas fazendas e aí nós falamos muito, como Vossa Excelência ontem falou muito, Deputado Ernani Pudell, sobre a omissão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, mas quando eu me dava conta e eu falava com lideranças do movimento

dos sem-terra que estão lá no Município de Nova Fátima, eles me davam depoimentos que eram muito diferentes, de que a presença da Secretaria de Segurança lá no local para vetar e suprimir banditismo, para promover o desarmamento de parte a parte, porque nós não estamos em luta armada e portanto não há que se pensar também no armamento ao movimento dos trabalhadores, essa não é uma fase nem pré nem revolucionária, portanto nós não queremos nem armar os trabalhadores e tampouco os fazendeiros, o que eles me davam conta é de que a Secretaria de Segurança Pública e os seus organismos, a Polícia Civil e a Polícia Militar, tiveram uma presença, não só naquele episódio, no sentido de mediação, inclusive num papel novo da Secretaria de Segurança Pública. Eu tenho reservas, mas eu devo reconhecer que é um papel novo que a Secretaria de Segurança Pública assume, o de mediação dos conflitos sociais, não mais o de mera repressão dos conflitos sociais.

De modo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para encerrar o meu pronunciamento que seria breve, seria um pronunciamento de liderança, vou acompanhar de perto o desenvolvimento desta comissão de sindicância, que não foi instaurada em decorrência dessa ou daquela medida, mas de reconhecimento de que há problemas e eu aí acho que o papel da oposição é o de promover a crítica responsável e a mais radical, eu acho que não só a oposição, mas todos os homens públicos e mulheres deste País que têm decência são radicais, no sentido de tomar pela raiz os problemas. Agora não é possível confundir radicalidade com radicalismo. Não é possível confundir um homem radical com homem radicalóide. Eu sou um homem radical, porque procuro ter as raízes dos problemas e para mim a raiz dos homens são os próprios homens.

Portanto, às vezes nós temos um discurso que é um discurso aparentemente radical, mas que na prática é um discurso de conciliação, isso é possível, Deputado Alborghetti? É possível ter um discurso efetivamente e aparentemente radical e na prática ele ser um discurso de composição, de conciliação. Quer dizer que nós, na prática, dizemos defender determinados interesses e na prática defendemos interesses exatamente opostos, pelos métodos, pelo estilo, pela prática que nós adotamos, é possível isso. Então eu acho que é preciso não se confundir com aparência e é preciso ir à essência.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, que gentilmente permite este debate, mas eu quero colocar

então a minha intervenção na raiz do problema.

Eu agradeço até a aula que Vossa Excelência nos deu sobre várias modalidades de execução de serviços públicos, seja diretamente ou através de terceiros, mas a questão fundamental que resultou na revogação da licitação da FERROESTE e posso apresentar os documentos a Vossa Excelência no momento que quiser, é que numa reunião de Diretoria ficou estabelecido quais seriam os lotes e quais seriam as empreiteiras que iriam construir a obra da FERROESTE. Uma reunião dos acionistas da então FERROESTE ainda como uma empresa privada. Posteriormente, um ano depois, realizado um processo licitatório se confirmou exatamente as mesmas empreiteiras que haviam sido decididas na reunião anterior e tudo isto está registrado em documento.

Um ano depois ficou caracterizado que o processo licitatório na FERROESTE era simplesmente um processo pro forma, porque a decisão já estava tomada e as empreiteiras foram as mesmas que haviam sido contratadas e acertadas um ano antes para a execução do programa.

Foi aí a raiz do problema que resultou na decisão do Governador do Estado em modificar a forma de execução do projeto da FERROESTE, partindo para a parceria com o Exército brasileiro, o que nós, inclusive, aplaudimos nesta Casa, a decisão do Governador, Vossa Excelência não estava presente, porque sabíamos que o processo anterior era um processo viciado.

Agora, o que retira a credibilidade do empreendimento da FERROESTE é a manutenção das mesmas pessoas que foram responsáveis pelo acerto original que posteriormente foi cancelado pelo Governo, são as mesmas que continuam a dirigir o empreendimento. Isto nos preocupa muito, esta falta de credibilidade.

Então, o problema central que nós estamos levantando na questão da FERROESTE é exatamente este. Este é o ponto e a raiz do problema.

Muito obrigado.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Para encerrar, então, eu quero manifestar aqui a minha confiança com que soube a direção política, austera, correta e competente do Governador do Estado e do vice-Governador, nós teremos a consecução desse empreendimento, nós teremos a apuração deste fato e de tantos quantos surjam, de modo a que nós possamos aqui no Estado do Paraná ter referências e o País precisa de alguns exemplos, alguns bons exemplos para retomar o caminho do desenvolvimento econômico, social e político.

Eu agradeço a atenção da Presidência e dos Senhores Deputados. Meu muito obrigado.

O SR. EURIDES MOURA (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, é para registrar a honrosa presença do Suplente de Deputado Estadual pelo PMDB, Nereu Alves de Moura, que deverá assumir uma cadeira nesta Casa no próximo mês de janeiro.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - A Mesa registra a visita do futuro Deputado. Encerrado o Horário do Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

PST, PMDB, PSDB, PTB, PDT, PL.

(**Todos declinam**), PT com a palavra, Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu prestei bastante atenção no discurso do Deputado Bona Turra e ele encerrou dizendo que o Governo do Estado apurará toda e qualquer irregularidade que surja no Poder Executivo.

Pois bem, Deputado, o Edital nº 47/92 da FUNDEPAR, que foi feito para aquisição de mil placas para identificação dos programas de ampliação e melhoria da rede escolar teve a participação de três empresas: Cercol, Macroten e Cinco. Dessas três empresas a única que coloca nas suas razões sociais como quem trabalha no ramo de atividade de feitura de placas, propagandas, única e exclusivamente, é a Cinco. As demais trabalham em tudo: terraplanagem, construção civil, eletricidade, e por aí afora. Dessas empresas, as informações que eu obtive, extra-oficiais e que gostaria que Vossa Excelência buscasse oficialmente, é que a Cinco está cadastrada na Secretaria de Administração do Estado, desde o dia 26.02.92. A Cercol, desde o dia 7 de julho de 1992, e a Macroten desde o dia 05.08.92. Macroten foi a empresa vencedora para elaborar aquelas placas que se colocam na frente das escolas. O edital da licitação, nº 47/92, ou seja, tomada de preços, foi assinado no dia 17.07.92 pelo Senhor Júlio César Córdoba Ferreira, Presidente da Comissão de Licitação. A empresa vencedora, realmente apresentou o menor preço. É a Macroten, só que ela se cadastrou na Secretaria de Administração, no dia 05.08.92 e ela coloca tanto na Junta Comercial, na certidão que eu obtive, como na Tomada de Preços, a sua existência na Rua Joinville, 2877, em São José dos Pinhais.

Eu fui até a Rua Joinville, em São José dos Pinhais, no número citado. Cheguei lá, encontrei a Vidraçaria Trevo no mesmo

prédio, a Casa de Carnes Joinville, Corretor de Imóveis, a Savana Mudanças e Cargas e a Academia Estrela, menos a Macroten, que está registrada na Junta Comercial com esse endereço, e forneceu a sua existência nesse endereço.

Onde está essa empresa? Por que não está no endereço que ela coloca para participar das licitações do Governo? Quando o Governo precisa encontrar a empresa, procura aonde? Vai até a Rua Joinville, em São José dos Pinhais, como eu fui, para ser informado que ela fica na Marechal Floriano, na Vila Hauer?

Por que o endereço da empresa num local onde ela não existe e por que ela ganha uma licitação que é feita com data de julho e ela somente está cadastrada na Secretaria de Administração no mês de agosto? Devemos esclarecer também as razões dessa empresa.

Obrigado pela atenção.

O SR. ELIO RUSCH - Senhor Presidente, gostaríamos de registrar a presença das Lideranças do extremo oeste do Paraná, dos municípios ao lado de Itaipu, nossos prefeitos atuais e os futuros prefeitos de Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha, bem como os novos prefeitos dos municípios de Itaipulândia, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes.

Essas lideranças, prefeitos, vereadores, lideranças empresariais se fazem presentes na Assembléia no dia de hoje, que para nós, é motivo de muita honra.

O Prefeito de Matelândia também se faz presente, lembrado pelo Deputado Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a visita dos ilustres prefeitos. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando licença pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir do dia 30 do corrente mês, em função de viagem ao Exterior.- **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Elio Rusch, devidamente apoiado, constante do expediente.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/92, de autoria do Deputado Elio Rusch, autoriza o proceder a instalação de uma Delegacia de Mulher no município de Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL, da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, fica declarada de Utilidade Pública a União das Associações de Moradores de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a Associação de Defesa e Assistência a Pessoas em Tratamentos Especiais, com sede e foro no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/92, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, declara de Utilidade Pública o Nosso Canto - Centro de Adaptação Neurológica Total, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/92, de autoria do Deputado Carlos Simões, altera o artigo 1º da Lei nº 10.104, de 09 de outubro (Declara de utilidade pública a Associação Erceana Campolarguense, com sede e foro no município de Campo Largo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Cambé. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA - Com o voto contrário da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

355/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 113/92, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 37.500.000.000,00 (trinta e sete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 357/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 118/92, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00 (hum bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 117/92, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Rádio e Televisão Paraná. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 116/92, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade de Educação Física de Jacarezinho, conforme específica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 119/92, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 115/92, aprova a abertura de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.291.000.000,00 (seis bilhões, duzentos e noventa e um milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, visando atender o programa de Ovinocultura e o programa de Manejo Integrado de Solos e

Água. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a Mesa, requerimento nº 1947, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do Expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1955, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1958, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1948, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **-Em Discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs. 1956 e 1957, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1951 e 1950, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1952 e 1953, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1961, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabamos de ter uma informação, nesta tarde, de um fato lamentável ocorrido na Câmara Municipal de Santa Helena, onde houve um quebra-quebra naquela Casa de Leis, ferindo, inclusive um Vereador do PDT e provocando um exemplo lamentável ao Legislativo Municipal.

Queira Deus que isto não sirva de exemplo para outras localidades. Isto é um fato lamentável.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 493/91, dos Projetos de Lei nºs 259/91, 065, 231, 238, 259, 323 e 336/92 e do Projeto de Resolução nº 017/92.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 317/92

I - exonerar, a pedido, LUIZ RIBEIRO DA FONSECA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - exonerar, a pedido, BENEDITO DANNA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de novembro de 1992;

III - exonerar, a pedido, ARTEMIO VALENTIM SUTILE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de novembro de 1992;

IV - exonerar, a pedido, ANDREIA SALDANHA CABRAL, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de novembro de 1992;

V - prover, ARTEMIO VALENTIM SUTILE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de novembro de 1992;

VI - autorizar ARTEMIO VALENTIM SUTILE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de novembro de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VII - prover, ANDREIA SALDANHA CABRAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de novembro de 1992;

VIII - prover, LUIZ RIBEIRO DA FONSECA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de novembro de 1992;

IX - autorizar LUIZ RIBEIRO DA FONSECA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de novembro de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

X - prover, BENEDITO DANNA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do

Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de novembro de 1992;

XI - autorizar BENEDITO DANNA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de novembro de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 318/92

I - exonerar, a pedido, SANDRA MARIA FERRARI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, SANDRA MARIA FERRARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de novembro de 1992;

III - prover, CARLOS RODRIGUES DE FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de novembro de 1992;

IV - exonerar, a pedido, EFRAIM RODRIGUES GONÇALVES, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de novembro de 1992;

V - prover, EFRAIM RODRIGUES GONÇALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de novembro de 1992.

VI - prover, GERALDO FERREIRA DA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de novembro de 1992;

VII - prover, JOSIMAR DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de novembro de 1992;

(Prot. nºs 8283 e 8284/92)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 319/92

I - exonerar, a pedido, MARCELO LASPERG DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, MARCELO LASPERG DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de novembro de 1992;

III - prover, DOMINGOS BARBOSA MENEZES JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8289).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 320/92

I - exonerar, a pedido KENNEDY PIAU FERREIRA, de cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, OCIMAR JOSE BAPTISTA BIM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8346).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 321/92

I - exonerar, a pedido IZAURA DOS SANTOS MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - exonerar, a pedido ANA MARIA BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de novembro de 1992;

III - prover, ISMAEL BATISTA DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de novembro de 1992;

IV - prover, ELIZABETE KERTISCHKA BATISTA DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nºs 8433, 8434 e 8435/92)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 322/92

exonerar, a pedido RENATO SENEGAGLIA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8436).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 323/92

exonerar, a pedido, NARCISO JOLIO DOS REIS ASSUMPCÃO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8437)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 324/92

I - exonerar, a pedido, JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, CARLA SIMONE GENARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1º de novembro de 1992;

III - prover, EDNA MARIA DA ROSA JANKOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1º de novembro de 1992;

(Prot. nº 8449).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 03 de novembro de 1992.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 325/92

I - exonerar, a pedido, MURILLO MERCER MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, PAULO HENRIQUE LOPES FURTADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de novembro de 1992;

(Prot. nº 8476)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 326/92

prover, ROSILENE JARROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8483).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 327/92

prover, Márcio Roberto do Rosário, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8520)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 328/92

I - exonerar, a pedido, Agenor José Elias, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, Lúcia Aparecida Cavallari, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8522)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 329/92

I - exonerar, a pedido, Marlene Hein, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Alceu Swarowski, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, Ari Noel Hein, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Alceu Swarowski, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8523)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.11.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 330/92

I - exonerar, a pedido, Maria do Carmo Almeida Manchini, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Alves dos Santos, a partir de 1º de novem-

bro de 1992;

II - prover, Maria do Carmo Almeida Manchini, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Alves dos Santos, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8525)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.11.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 331/92

I - exonerar, a pedido, Ronaldo Pereira Freitas, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, Neusa Aparecida Fidelis, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8627)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 332/92

I - exonerar, a pedido, Antônio Carlos Ribas Mueller, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - exonerar, a pedido, Mônica Guimarães Santana, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de novembro de 1992;

III - prover, Cláudia Regina Gabardo, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8635)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.11.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 333/92

I - exonerar, a pedido, Maria Olívia Bueno Tinoco, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, Jonny Tobias Bassu, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de novembro de 1992;

III - autorizar Jonny Tobias Bassu, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de novembro de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 8650)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 334/92

I - exonerar, a pedido, Marcelo Renaux Willer, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, Ubirajara da Silva, para

exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8651)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 335/92

I - exonerar, a pedido, Ana Maria Aparecida Martins Reis, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, Izaura dos Santos Machado, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8710)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 336/92

I - exonerar, a pedido, Valdete Aparecida de Souza, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de novembro de 1992;

II - prover, Valdete Aparecida de Souza, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de novembro de 1992;

III - prover, Carlos Augusto de Jesus, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de novembro de 1992.

(Prot. nº 8711)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 337/92

I - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de novembro de 1992, conforme especifica:

DAS-5 Jaques Mário Brand

2-G Eunice de Lourdes Ferreira

2-G José Juarez Aguiar Cesar

2-G Elenir do Rocio Rausis Stadnick

2-G Nêlio Acir Reichelt

1-G Alessandra Emmanuella Rodrigues

1-G Yara Silva Pereira

II - autorizar Jaques Mário Brand, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de novembro de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.11.92

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR
BALANCETE FINANCEIRO

ORÇAO: ASSEMBLEIA LEGISL. DO EST. DO PARANA

B09

REF. - SCM245

PAG. - 1

DATA - 30.10.92

NO MES

ATE O MES

ORÇAMENTARIA

R E C E I T A

RECEITAS CORRENTES

| | | |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita tributária | 0,00 | 0,00 |
| Receita de contribuições | 0,00 | 0,00 |
| Receita patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Receita agropecuária | 0,00 | 0,00 |
| Receita industrial | 0,00 | 0,00 |
| Receita de serviços | 0,00 | 0,00 |
| Transferências correntes | 13.000.000.000,00 | 64.480.000.000,00 |
| Outras receitas correntes | 0,00 | 13.714.737,03 |
| | 13.000.000.000,00 | 64.493.714.737,03 |

RECEITAS DE CAPITAL

| | | |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Operações de crédito | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de bens | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras receitas de capital | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |
| | 13.000.000.000,00 | 64.493.714.737,03 |

EXTRA-ORÇAMENTARIA

| | | |
|-----------------------------------|------------------|-------------------|
| Débitos de tesouraria | 0,00 | 16.301.421,94 |
| Depósitos de diversas origens.... | 1.500.933.883,40 | 3.394.123.984,69 |
| Depósitos extraordinários | 3.820.943.943,71 | 19.076.889.876,78 |
| Acordos e Convênios | 0,00 | 0,00 |
| Contas a regularizar | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações | 0,00 | 0,00 |
| | 5.321.877.827,11 | 24.487.315.283,41 |

SALDOS DO MES ANTERIOR

| | | |
|----------------------------------|-------------------|------------------|
| Caixa | 0,00 | 0,00 |
| Bancos conta movimento | 16.523.547.772,72 | 2.252.882.942,59 |
| Bancos conta vinculada | 0,00 | 0,00 |
| Conta aplicações financeiras.... | 0,00 | 0,00 |
| Conta poupança | 0,00 | 0,00 |
| | 16.523.547.772,72 | 2.252.822.942,59 |

T O T A L34.845.425.599,83

91.233.912.963,03

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM
BALANCETE FINANCEIRO

CELEPAR

REF. - SCM245

PAG. - 2

ORÇAO: ASSEMBLEIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

DATA - 30.10.92

NO MES

ATE O MES

D E S P E S A

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES

| | | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Despesas de custeio | 8.129.746.160,76 | 43.136.899.953,03 |
| Transferências correntes | 4.435.394.482,44 | 17.162.352.354,44 |
| | 12.565.140.643,10 | 60.299.252.307,47 |

DESPESAS DE CAPITAL

| | | |
|---------------------------------|------|------|
| Investimentos | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

| | | |
|--------------------|------|---------------|
| Restos a pagar | | |
| Pagamentos..... | 0,00 | 43.989.269,12 |
| Cancelamentos..... | 0,00 | 13.714.737,03 |
| | 0,00 | 57.704.006,15 |

| | | |
|------------------------------------|------------------|-------------------|
| Débitos de tesouraria..... | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos de diversas origens..... | 5.135.777.540,00 | 5.135.777.540,00 |
| Depósitos extraordinários | 1.982.324.828,15 | 10.578.996.520,93 |
| Acordos e convênios | 0,00 | 0,00 |
| Contas a regularizar | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações | 0,00 | 0,00 |
| | 7.118.102.368,55 | 15.714.774.061,33 |
| | 7.118.102.368,55 | 15.772.478.067,48 |

SALDOS PARA O MES SEGUINTE

| | | |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 0,00 | 0,00 |
| Bancos conta movimento | 15.162.182.588,08 | 15.162.182.588,08 |
| Bancos conta vinculada | 0,00 | 0,00 |
| Conta aplicações financeiras.... | 0,00 | 0,00 |
| Conta poupança | 0,00 | 0,00 |
| | 15.162.182.588,08 | 15.162.182.588,08 |

T O T A L.....34.845.425.599,83

91.233.912.963,03

ABIB MIGUEL
Diretor GeralGABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DATEDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade